

**História, museus e arqueologia no Império do Brasil: uma história da  
exposição antropológica de 1882 entre o Rio de Janeiro e a Província das  
Alagoas (1872 – 1882)**

**Histoire, musées et archéologie dans l'Empire du Brésil: une histoire de l'exposition  
anthropologique de 1882 entre Rio de Janeiro et la Province d'Alagoas (1872 - 1882)**

**Felipe da Silva Barbosa\***

**Resumo:** Este trabalho se debruça sobre a Exposição Antropológica de 1882 para demonstrar a institucionalização da arqueologia no Império do Brasil, a partir das interações entre o Museu Nacional e o Museu do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas, por meio da análise de jornais, guias, revistas, ofícios e cartas durante os anos de 1872 e 1882. Tomando como referência as contribuições de Schwarcz (1993), Ferreira (2010) e outros.

**Palavras-chave:** Museu Nacional; Alagoas; Rio de Janeiro.

**Résumé:** Cette œuvre se concentre sur l'Exposition Anthropologique de 1882 pour démontrer l'institutionnalisation de l'archéologie dans l'Empire du Brésil, à travers les interactions entre le Musée national et le Musée de l'Institut historique géographique d'Alagoas, en analysant les journaux, guides, magazines, documents officiels et lettres au cours des années 1872 et 1882. En prenant comme référence les contributions de Schwarcz, (1993), Ferreira (2010), entre autres.

**Mots-clés:** Musée National; Alagoas; Rio de Janeiro.

### **Introdução**

Parafraseando Lúcio Menezes Ferreira (1999), apesar de constituir um profícuo campo de estudos no país, a história da arqueologia no Brasil durante o período oitocentista ainda é uma grande área a ser estudada. Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre a

---

\* Mestre em História Social (UFAL). Professor efetivo da Rede Pública Estadual de Alagoas & Professor Substituto do Departamento de História/UFAL.

institucionalização da arqueologia promovida pelo então Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – IAGA<sup>1</sup> em Alagoas, no contexto histórico que compreende os anos de 1872 a 1882, em interface como a elaboração da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional – MN do Rio de Janeiro de 1882, estamos procurando contribuir para uma temática ainda incipiente e pouco discutida historiograficamente em Alagoas.

Destarte ao apresentarmos a história desses *acontecimentos* buscamos demonstrar como se deu a elaboração de uma rede de contatos e articulações, desenvolvidas anteriormente ao longo dos anos, por diversos cientistas, instituições e autoridades políticas, em torno do desenvolvimento de práticas ditas científicas no país. Ao integrarmos a história de duas instituições, uma local, estabelecida na região norte do país e outra nacional, localizada na região sul, estamos desenvolvendo uma forma de *história universal*, para além de uma história autocentrada e geocêntrica, como Sanjay Subrahmanyam (2017) nos sugere e faz refletir. Além de aprofundar a discussão sobre institucionalização da arqueologia no Brasil cartografada *en passant* por Lúcio Menezes Ferreira (2010).

No que se refere à realização deste trabalho, procuramos inicialmente destacar algumas pesquisas que se constituíram enquanto referências introdutórias à reflexão e materialização do presente texto, nos inserindo no cenário historiográfico da arqueologia do país. A começar com as publicações de Johnni Langer (2001) e Lúcio Menezes Ferreira (2010) preocupados em demonstrar como se deu as origens, desenvolvimento e institucionalização do *fazer* arqueológico nacional durante o século XIX. Complementadas pelos textos de Maria Cristina Tenório (1994), Marcos Galindo (1994), e Gabriela Martin (1994) a respeito do potencial heurístico em torno do *fazer* arqueológico contemporâneo.

No tocante às descobertas arqueológicas em Alagoas, temos os trabalhos de Scott Joseph Allen, Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Karina Miranda Pinto e Waldimir Maia Leite Neto (2010). Com destaque para os artigos de Pedro Paulo Funari (1996), sobre a descoberta de igaçabas, durante as escavações realizadas na Serra da Barriga, e o de Flávio Augusto de Aguiar Moraes, Danúbia V. Rodrigues de Lima Moraes, e Rute Ferreira Barbosa (2014) sobre a cultura arqueológica Aratu em Alagoas, que apesar de não se debruçarem sobre as origens da arqueologia local, chega inclusive a mencionar rapidamente achados arqueológicos que também mencionaremos mais adiante, embora sobre outra perspectiva.

---

<sup>1</sup> Os nomes de instituições serão abreviados após serem citadas pela primeira vez.

Quanto às publicações voltadas à análise da Exposição Antropológica de 1882, temos os artigos de Jens Andermann (2004), o qual busca analisá-la como uma tentativa de revalorização da iconografia indianista do Império, e o de Marina Cavalcante Vieira (2019), sobre a exibição de índios botocudos na ocasião do evento. Ambos pautados pela análise da representação da alteridade. Além disso, esses autores nos possibilitaram refletir acerca das relações existentes entre as instituições que realizavam e promoviam práticas arqueológicas durante o Brasil Império, nos permitindo se perguntar como teria se desenvolvido tais relações com as instituições científicas da Província de Alagoas ou sua relação com a realização da Exposição Antropológica de 1882.

Quanto às fontes utilizadas, nos debruçamos sobre as matérias jornalísticas preservadas pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional, sabe-se que a Exposição Anthropologica Brasileira foi amplamente relatada por jornais do Rio de Janeiro e também na Província de Alagoas, dividindo opiniões, produzindo críticas e elaborando um conjunto de imagens, que iam do realismo das fotografias de Marc Ferrez às periódicas charges da *Revista Ilustrada* que satiricamente buscava retratar os acontecimentos daquele evento. Com relação ao uso e transcrição desses documentos, procuramos atualizá-los, no que foi possível, ao português contemporâneo, sem com isso comprometer seu sentido e significado original.

Ainda sobre as fontes ligadas ao evento, utilizamos o *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Junho de 1882*, a *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira* e a revista *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Quanto as fontes disponíveis a partir de Alagoas, empregamos um conjunto de correspondências que envolvem o diretor do MN, o secretário – perpétuo do IAGA, e os sócios correspondentes do IAGA, além de ofícios governamentais, transcritos em diferentes períodos pela comissão de redação e publicação da *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano* – RAGA.

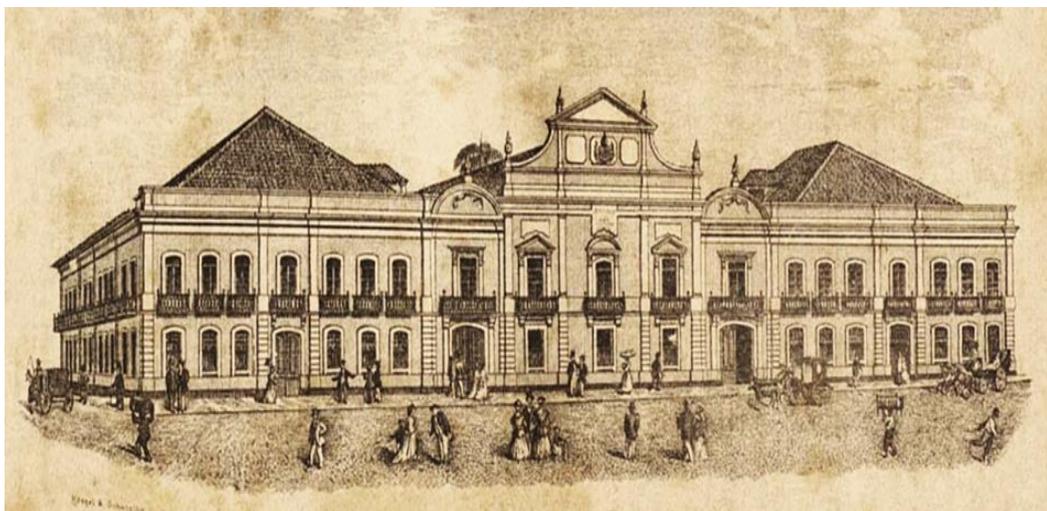
Desta feita, estruturamos textualmente a pesquisa da seguinte maneira, em um primeiro momento nos dedicamos a apresentar narrativamente a Exposição Antropológica, buscando dimensioná-la e contextualizá-la historicamente. Apresentando seu principal idealizador e organizador, bem como algumas de suas iniciativas voltadas ao engrandecimento desse Museu. Em seguida, buscamos demonstrar uma parte das redes de contato entre o MN e demais instituições, a partir da experiência histórica de contato desenvolvida entre o MN e o Museu do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano – MIAGA. Para isso, esboçamos uma história desse museu a partir de sua origem, concepção

organizativa, e ações desenvolvidas em torno da institucionalização da arqueologia em Alagoas durante o final do século XIX para integrar a história da arqueologia em Alagoas, à história desse campo científico no país. Por fim, concluímos o texto com breves apontamentos sobre a pesquisa.

**“A grande festa antropológica”:** Ladislau Netto e a Exposição Antropológica de 1882 do Museu Nacional.

Era feriado nacional quando na manhã de 29 de julho de 1882 o Império do Brasil estava em festa. O aniversário da princesa Isabel (1846 – 1921) era percebido e celebrado ao som de cortejos pela cidade do Rio de Janeiro, ao tempo que, no Campo de Santana, preparava-se ao público a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 no MN. Os interessados que se dirigissem à “casa dos pássaros”, como era conhecido popularmente o primeiro prédio onde se estabelecia o Museu no centro da capital, até sua transferência para o antigo Palácio Imperial, situado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão em 1892, poderiam, desde que bem vestidos e calçados, ter acesso a exposição todos os dias entre as dez da manhã e às quinze horas da tarde, exceto às quintas-feiras e em dias que fossem previamente anunciados, até o dia 28 de outubro naquele ano.<sup>2</sup>

Figura – I: Ilustração da fachada do então prédio do Museu Nacional.



Fonte: NETTO, Ladislau. Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro. 1870.

<sup>2</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1882, p.1.

Ao entrar no museu, após passarem por uma escada rodeadas de plantas, os visitantes deparavam-se com a sala Vaz de Caminha, primeiro *ilustre* a ser homenageado, voltada à etnografia, onde estavam expostos diversos artefatos utilizados por povos indígenas do Império do Brasil: lanças, remos, zarabatanas, sararacas<sup>3</sup>, raladores<sup>4</sup>, arcos e flechas. Caminhando um pouco mais à esquerda, chegava-se à sala Anchieta, também etnográfica, observava-se trabalhos referentes à *língua tupi* ou guarani, além de livros sobre etnografia americana, cópias de quadros a óleo representando “tipos” de tribos do Brasil, fotografias, gravuras a buril, cromolitografias, estampas litográficas, aquarelas, medalhas, bem como utensílios, adornos e armas indígenas.<sup>5</sup>

À direita da sala Vaz de Caminha, encontrava-se a sala Rodrigues Ferreira, provavelmente a mais “inusitada”, onde foram expostos, no centro da sala, ubás – embarcações – onde indígenas simulavam movimentos de remada ao redor da exposição de coleções compostas por instrumentos de guerra, caça, pesca e música.<sup>6</sup>

Figura – 2: Representação da sala Rodrigues Ferreira.



Fonte: Revista da Exposição Anthropologica Brasileira. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Rua Sete de Setembro, 1882, p. 13.

<sup>3</sup> Sararacas é o plural de sararaca. Flecha com que os índios matam tartaruga e diversos peixes como o pirarucu, o peixe-boi etc.

<sup>4</sup> *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Junho de 1882.* Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 7 – 10.

<sup>5</sup> *Ibid.* p. 63 – 71.

<sup>6</sup> *Ibid.* p. 11 – 19.

Mais adiante, fazendo referência ao autor da *Histoire d'un voyage fait en la terre Du Brésil*, seguia-se a sala Lery. Voltada à temática arqueológica com diversos ornamentos e imagens religiosas utilizáveis em rituais indígenas, além de louças e fragmentos de louça antiga.<sup>7</sup> Após ela, encerrando a exclusividade da temática arqueológica, encontrava-se a sala Hartt, ocupada unicamente por uma diversidade de objetos cerâmicos de origem indígenas, tais como: vasos, fragmentos de vaso, tampas, e urnas funerárias exumadas.<sup>8</sup>

À frente, voltada à antropologia e a arqueologia, havia a sala Lund, expondo um grande número de fotografias de diversos indígenas Tembés, Turiuáras, “Botocudos”, três esqueletos, crânios e muitos ossos retirados de sambaquis.<sup>9</sup> Depois dela, repetindo as mesmas temáticas, tinha-se a sala Martius, com esteiras, tipitis<sup>10</sup>, urupembas<sup>11</sup>, pacarás<sup>12</sup>, balaios, tecidos de palha, cuias, e vasos cerâmicos fabricados por diversos povos indígenas do Brasil e alguns países da América.<sup>13</sup> E por fim, com coleções arqueológicas repleta de objetos de arte plumária, adornos, tecidos e vestes de muitos povos nativos do país, via-se a sala Gabriel Soares.<sup>14</sup>

Segundo o jornal da Capital, *Gazeta de Notícias*,

ao ato solene da inauguração comparecerão o ministério, os corpos legislativo e diplomático, os oficiais gerais, os altos funcionários, as autoridades eclesiásticas, as redações dos jornais, independentemente de não haverem recebido cartões de convite.<sup>15</sup>

Entretanto, D. Pedro II, que semanas atrás já havia comparecido com sua família ao Museu para acompanhar os preparativos da *grande festa antropológica*<sup>16</sup>, deve ter priorizado o aniversário de sua filha e ficado na Quinta Imperial, e por lá só esteve oficialmente pela primeira vez, em horário reservado, dias depois<sup>17</sup>. No dia seguinte à inauguração, o colunista

<sup>7</sup> Ibid. p. 21 – 23.

<sup>8</sup> Ibid. p. 25 – 37.

<sup>9</sup> Ibid. p. 41 – 45.

<sup>10</sup> Espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes, normalmente mandioca.

<sup>11</sup> Tipo de peneira de fibra vegetal, que serve para peneirar a farinha de mandioca, o milho, o arroz etc. Também chamada sururuca.

<sup>12</sup> Objeto semelhante a um baú construído de folhetas de madeira leve.

<sup>13</sup> Ibid. p. 46 – 49.

<sup>14</sup> Ibid. p. 51 – 62.

<sup>15</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1882, p. 1.

<sup>16</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1882, p. 1.

<sup>17</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1 ago. 1882, p.1.

daquele jornal encerrou o relato de sua experiência de visita à Exposição Antropológica com certo tom de frustração, disse ele, “com a multidão que quase não permitia ver-se coisa alguma; era impossível ser mais extenso”.<sup>18</sup> Tal sentimento não era por menos, dias após a inauguração, a vontade de ficar *tête-à-tête* a seres que possivelmente só se tinham ouvido falar por meio de romances deve ter provocado enorme impacto e repercussão na população local, “tendo o Sr. Diretor do Museu sido obrigado a mandar suspender algumas vezes e por alguns minutos a entrada da onda do povo, para o qual não havia capacidade suficiente nos salões da Exposição”.<sup>19</sup>

Outro fator que contribuía para o retorno e regularidade de pessoas<sup>20</sup>, inclusive do Imperador<sup>21</sup>, era a ampliação e renovação das peças, artefatos arqueológicos, coleções etnográficas e indígenas, que iam sendo expostos na instituição ao passo que iam sendo recebidos por correspondentes de diversas regiões do país ou pessoalmente trazidos por embarcações a vapor do estrangeiro, conforme foram buscados os do *Museu Anthropológico* de Buenos Aires, na Argentina.<sup>22</sup> E assim se seguiu na capital até seus últimos dias, quando inclusive, o acesso a exposição foi franqueado.<sup>23</sup>

Além de ter sido divulgada por meio de sua revista<sup>24</sup> e compartilhada com outras instituições científicas.<sup>25</sup> Vista sobre um certo ângulo, a despeito das sátiras empreendidas por parte da imprensa local<sup>26</sup>, pode-se afirmar que a exposição antropológica de 1882, que por meses foi noticiada por meio dos jornais na cidade do Rio de Janeiro<sup>27</sup>, e provavelmente nas demais províncias, como observamos em Alagoas<sup>28</sup>, foi bem-sucedida. A ponto de ser reapresentada no ano seguinte em uma versão mais compacta no Piccadilly Hall em Londres e em outras cidades pelo Reino Unido. Onde também obteve certa repercussão nos jornais londrinos como nos informa Fischer (2019, p. 969 - 992). Ainda sobre sua continuidade, Regina Maria Macedo Costa Dantas e Nadja Paraense dos Santos (2011, p. 658) nos informam

<sup>18</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30 jul. 1882, p.2.

<sup>19</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1882, p. 1.

<sup>20</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1882, p. 1.

<sup>21</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 ago. 1882, p. 1.

<sup>22</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 set. 1882, p. 1.

<sup>23</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 out. 1882, p. 1.

<sup>24</sup> *Revista da Exposição Anthopologica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Rua Sete de Setembro, 1882.

<sup>25</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 29 ago. 1882, p. 2.

<sup>26</sup> *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, Typ. Hildebrandt, 1882, ano 7, nº 310, p. 2 - 5.

<sup>27</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 mai. 1882, p. 2.

<sup>28</sup> *O Orbe*. Maceió, 9 abr. 1882, p. 2.

que sete anos depois, parte de seu acervo foi reunido pelo MN e exposto na mostra do Brasil na França, entre 15 de maio e 6 de novembro, durante a Exposição Universal de 1889 em Paris.

Nesse contexto, destacou-se a atuação do diretor do Museu Nacional, o maceioense Ladislau de Souza e Mello Netto (1838 - 1894). Nascido na jovem província de Alagoas mudou-se para o Rio de Janeiro em 1854, quando aos 24 anos iniciou seus estudos na Academia Imperial de Belas Artes. Após abandoná-los em 1859, participou da Comissão de Estudos Hidrográficos do Alto São Francisco, cuja experiência lhe rendeu a elaboração de estudos botânicos, reconhecimento e auxílio financeiro para estudar em Paris, graças a um patronato imperial. Doutorando-se em Ciências Naturais na Universidade de Sorbonne entre os anos de 1864 e 1866.

Em 1866, de volta ao Brasil, é convidado por D. Pedro II a trabalhar na seção de Botânica do Museu Nacional, período em que escreve o livro *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro* (NETTO, 1870), passando a condição de diretor efetivo dessa instituição em 1876, após o falecimento do então diretor Francisco Freire Allemão de Cysneiros, em 11 de novembro de 1874, onde ficaria por vinte anos. Durante sua administração, tornou-se o mais influente cientista brasileiro do século XIX, premiado<sup>29</sup> e ligado à diversas instituições nacionais e internacionais. Promovendo uma reformulação na concepção dessa instituição científica, constituindo um período posteriormente conhecido por meio de Lilia Moritz Schwarcz como *a era dos museus* no Brasil (1993, p. 67 – 90).

São iniciativas desse período, a modificação dos regimentos internos entre os anos de 1876, 1888 e 1890; a criação e a publicação do primeiro periódico científico da instituição: o *Archivo do Museu Nacional*, até hoje em funcionamento, na época com publicações trimestrais e remetidas gratuitamente às diversas bibliotecas, instituições científicas e literárias, públicas ou particulares do Império; Também a criação de curso livres ao público no Museu, iniciados a partir de 6 de julho de 1875, com resumos publicados no *Jornal do Commercio*, abrangendo as disciplinas de botânica, agricultura, geologia, mineralogia, antropologia e zoologia<sup>30</sup>, com destaque para os cursos de botânica, muito frequentado pelo Imperador.<sup>31</sup> Que mantinha seu interesse agora com o alagoano, quanto aos conhecimentos que segundo

<sup>29</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1882, p. 1.

<sup>30</sup> Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 21/03/2020. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/musnac.pdf>. p.7.

<sup>31</sup> *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, vol.3, 1878, p. 158.

Carvalho (2012, p.28) foram adquiridos décadas antes com o cientista português, Alexandre Vandelli, a respeito das ciências naturais.

Remonta ainda a essa época a realização de obras de infraestrutura e ampliação das acomodações do prédio e a contratação de importantes pesquisadores como, por exemplo, o geólogo estadunidense Orville Adelbert Derby (1851 – 1915), para comandar a terceira seção de geologia, entre 1879 e 1890<sup>32</sup>; o médico alemão Herman Friedrich Albrecht von Ihering (1850 – 1930), futuro fundador do Museu Paulista, contratado como “naturalista viajante”, entre 1883 e 1891<sup>33</sup>; e o naturalista alemão Emílio Augusto Goeldi (1859 – 1917), futuro diretor do Museu Paraense, para ocupar a primeira seção de zoologia, entre 1885 e 1890.<sup>34</sup> Além de auxiliares, desenhistas e gravadores, todos eles atuando em benefício das atividades da instituição.

Durante as atividades de planejamento para realização da Exposição, Ladislau Netto desenvolveu e manteve uma rede de contatos com diversas pessoas e instituições, mapear e reconstruir esse movimento nos ofereceria uma visão do conjunto dessas relações, mostrando de maneira mais aproximada a dimensão do que foi esse evento e seu impacto social, algo que extrapolaria o limite de qualquer artigo. Contudo, é completamente possível analisar aspectos mais gerais por meio de um diálogo particular. Para isso, os próprios documentos de divulgação produzidos pelo MN para realização do evento, o *Guia* e a *Revista da Exposição Antropológica...*, nos auxiliam em tal tarefa, identificando as origens de cada um dos objetos, peças e artefatos arqueológicos ali reunidos. Nesse sentido, cabe nos perguntar qual teria sido a contribuição de Alagoas para esse feito nacional? Assim sendo, nos concentraremos na relação desenvolvida por Ladislau Netto com sua província natal na busca por materiais a ser exposto naquela ocasião.

**“Um museu com grandes novidades”:** institucionalização da arqueologia na Província de Alagoas e descobertas arqueológicas no Sítio Taquara em Anadia.

<sup>32</sup> Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 21/03/2020. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/derbyorv.pdf>, p. 2.

<sup>33</sup> Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 21/03/2020. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/iheherm.pdf>, p. 2.

<sup>34</sup> Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 21/03/2020. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/goeld.pdf>, p. 1 – 2.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1872. Ladislau Netto informara por correspondência o envio de vários objetos de história natural, acompanhados de um catálogo desses objetos, ao recém-criado gabinete de história natural do IAGA.<sup>35</sup> Cabe destacar que a jovem instituição fundada na cidade de Maceió em 2 de dezembro de 1869, enquanto congênere do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado em 21 de outubro 1838 na Corte, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, fundado em Recife, em 28 de janeiro de 1862, surgiu já estampando nos primeiros exemplares de seu periódico a finalidade de criação de um museu de produtos naturais afim de que se tornassem conhecidas a riqueza e adiantamento da Província.<sup>36</sup>

Até aquele momento só existiam pelo menos três grandes museus espalhados pelo país, o Museu Real (1808), posteriormente chamado de Museu Nacional, o Museu Paranaense Emilio Goeldi (1866)<sup>37</sup>, e o Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1866)<sup>38</sup>. E de modo semelhante a eles, o IAGA desde o ano de seu nascedouro, criou logo em sua segunda sessão, datada de 17 de dezembro, uma comissão específica de trabalhos históricos e arqueológicos, e outras duas de trabalhos geográficos, pesquisas manuscritos e monumentos históricos por onde passariam nomes como o do agrimensor Manoel de Souza Braga, o padre Antonio Procópio da Costa, e os bacharéis Thomaz do Bomfim Espindola, José Alexandrino Dias de Moura, Jacinto Paes de Mendonça Jaraguá e Roberto Calheiros do Mello, responsáveis por administrar tais assuntos.<sup>39</sup>

Contudo, ainda na mesma carta, se admitia devido à pressa, *um ou outro* equívoco na catalogação dos objetos, a serem corrigidos quando o mesmo estivesse em Alagoas. Além disso, falando em nome da instituição que trabalhava e expressando abertamente seu desejo por reciprocidade, encerrava seu texto, da seguinte maneira:

ao Museu Nacional, assistindo a esperança de poder continuar a auxiliar o novo Gabinete de História Natural, fica também o desejo de receber quanto dessas paragens nos possam oferecer os membros do Instituto Alagoano.<sup>40</sup>

<sup>35</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Oficinas graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, ano, 55, vol. 12, 1927, p. 125.

<sup>36</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 1, 1872.

<sup>37</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 70.

<sup>38</sup> Disponível In: <https://iahgp.wordpress.com/museu/>. 12/04/2020.

<sup>39</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 1, 1872, p. 9 – 27.

<sup>40</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Oficinas graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, ano, 55, vol. 12, 1927, p. 125.

Portanto, cabe destacar que o primeiro contato entre o MN e o IAGA foi marcado pelo interesse no estabelecimento de uma relação de troca entre as instituições. E isso só se aprofundaria com o passar dos anos, entretanto apesar de tal relação ter sido constituída posteriormente, até aquele momento, como poderá se observar adiante, nada estava dado de antemão. Contudo, nos interessa começar pelo que entendemos como o gérmen de uma rede de auxílio e mútuas dependências que se entrecruzariam tornando possível, sobre certo aspecto, não somente a *Exposição Antropológica de 1882*, como também a publicação de trabalhos de pesquisa na revista do IAGA<sup>41</sup>, o compartilhamentos de artigos, a exemplo, dos *apontamentos relativos à botânica aplicada no Brasil*<sup>42</sup>, obras científicas, como *Investigações sobre o muséu nacional*<sup>43</sup>, além da troca de objetos museais e arqueológicos entre os dois museus, como se observará abaixo.

Assim não demorou muito e por acaso no ano seguinte, durante a 9ª sessão do IAGA, a 26 de junho de 1873, devido a notícias das descobertas de “diversas talhas com a denominação de kiaçabas ou igaçabas e outras cousas do uso doméstico dos indígenas”, em terrenos do Engenho Taquara, pertencentes ao município de Anadia. A agremiação não só propôs e aprovou um requerimento orientando dois de seus sócios correspondentes a realizarem pesquisas para obter e enviar, junto a um minucioso relatório, as preciosidades que se responsabilizava em auxiliar as despesas de condução à capital da província. Mas também passou aquela tarde discutindo alguns aspectos da organização social dos indígenas<sup>44</sup>.

Então meses depois, a 5 de dezembro o sócio correspondente João Francisco Duarte, responsável da comissão organizado pelo IAGA em Anadia, no interior da província, informava ao secretário, a conclusão dos trabalhos de escavação dos achados arqueológicos no Sítio Taquara, a três léguas daquela vila. Junto a Nicodemos de Sousa Moreira Jobim, também sócio correspondente residente naquela vila. Dizendo o seguinte, “em nosso poder pairam essas relíquias de uma raça extinta, consistentes em uma ossada humana confundida

---

<sup>41</sup> NETTO, Ladislau. Trechos de Viagens – O S. Francisco. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. de J. de Menezes, vol. 2. nº 18, jun, 1884, p. 278 – 280.

<sup>42</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 2, jun, 1873, p. 12.

<sup>43</sup> *Ibid.* p. 13.

<sup>44</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 4, jun-dez, 1874, p. 77 – 78.

e encontrada dentro das talhas, as quais serão também remetidas ao Instituto, por mais que isto custe”.<sup>45</sup>

Logo abaixo, em resumo, o autor da carta, julgando pertencerem aos povos indígenas caetés, dava a conhecer um crânio em estado perfeito, um conjunto de pequenos objetos de ornato de pescoço de duro e resistente osso, uma pequena rodela de fuso feita com certa arte em pedra escura e polida, e uma porção de pequeninos ossos, que segundo ele pareciam ser vértebras, mandíbulas e outros ossos de sagui. Todos encontrados, junto à ossada, dentro do jazigo<sup>46</sup>. Certificando, de acordo com Nicodemos Jobim, o envio dos mesmos à Maceió no dia 22 do corrente mês.

No ano seguinte em Maceió, a 15 de março de 1874, o presidente da Província de Alagoas, Luiz Rômulo Peres de Moreno, em relatório lido diante da Assembleia Provincial, destacava, entre outras coisas, a importância social do IAGA e as dificuldades que essa associação atravessava para custear suas despesas.<sup>47</sup> Na ocasião, disponibilizava a esse respeito, em anexo, um texto redigido em 30 de janeiro do mesmo ano pelo presidente do IAGA, o senhor Roberto Calheiros de Melo. Nele, o mesmo reafirmava o pronunciamento de Peres de Moreno, e mencionava tanto o compromisso de Ladislau Netto para com o Instituto no envio de materiais do MN, bem como a importância do gabinete arqueológico, que já abrigava as igaçabas encontradas no Sitio Taquara, destacando também o valor imaterial de alguns documentos e trabalhos ali existentes para a história da província.

De fato, tais informações devem ser vistas como verossímeis, pois até aquele momento tanto o IAGA, recebia os mais diversos objetos, verificáveis entre tantos exemplares de seu periódico na sessão *oferecimentos*<sup>48</sup>, como o próprio Museu do IAGA possuía condições de oferecer algo em troca ao MN. Já que em dezembro da naquele mesmo ano, ao comparecer as comemorações do aniversário da agremiação, o novo presidente da província, João Vieira de Araújo, observava que o *Museu de Alagoas* contava com três estantes, onde podiam ser examinadas a riqueza vegetal da província e a mineral do Brasil; outra pertencente à zoologia e paleontologia e contendo também alguns objetos de curiosidades;

---

<sup>45</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 6, jun, 1875, p. 159.

<sup>46</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº 6, jun, 1875, p. 159 – 160.

<sup>47</sup> Relatório com que o ilmo. e exmo. sr. dr. Luís Rômulo Perez de Moreno, presidente da província das Alagoas, instalou a 1ª sessão da 20ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de março de 1874. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, Maceió, 1874, p. 14.

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 138 – 139.

e uma terceira privativa à etnografia, onde eram bem representados os usos e costumes indígenas.<sup>49</sup>

Essas informações confirmam que o IAGA abrigava o *ideal* de museu do século XIX na Província das Alagoas que, *grosso modo*, caracteriza-se por um espaço cujo título de *Museu de história Natural* encobria uma serie de objetos etnográficos de uso indígena, fosseis de animais petrificados, uma variedade de vegetais, materiais arqueológicos de diversos lugares do país<sup>50</sup>, junto a diversas antiguidades, que iam de moedas antigas<sup>51</sup> à peças de cachões.<sup>52</sup> Os quais eram muito bem apreciados pela agremiação, tanto que poucos anos depois, a RIAGA traria a lume o parecer de um estudo numismático realizado anos antes por um de seus associados, a respeito da doação de uma moeda a seu museu.

Além disso, apesar de evidenciar uma infeliz dificuldade, que ao lado de outras perturbaria a instituição por anos.<sup>53</sup> Tal documento nos permite perceber a experiência de Calheiros de Melo, em face do que ele e sua associação vivenciaram nos dois últimos anos, bem como suas expectativas, em face do que esperava obter futuramente em nome de seu grupo, sugerindo a continuidade de acontecimentos anteriores. Ainda levaria alguns anos para que a pequena organização, que em 1872, esteve hospedada em um dos cômodos da Biblioteca Pública Municipal<sup>54</sup>, fosse transferida para uma sede própria (BARBOSA, 2019, p. 60). Apesar disso, por meio de tal documento, é possível atestar a chegada dos achados arqueológicos vindos de Limoeiro de Anadia no ano anterior, bem como o uso de seu valor simbólico e histórico para obtenção de prestígio e ajuda financeira à instituição.

Ciente das descobertas arqueológicas ocorridas no Sitio Taquara, ainda no mesmo ano, João Vieira de Araújo, solicitou informações por ofício, datado de 23 de setembro 1874, a Nicodemos Jobim, “a fim de serem remetidos para a Corte esqueletos de raça humana aborígene, conforme recomendou S. Exc. o Sr. Ministro d’agricultura [José Fernandes da

<sup>49</sup> Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2ª legislatura em 15 de março de 1874 pelo doutor João Vieira de Araujo, presidente da provincia. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, 1875, p. 30.

<sup>50</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, Maceió, Typ. T. de Menezes, vol. 1, nº 10, dez, 1877, p. 313.

<sup>51</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, vol. 1, nº 2, jun, 1873, p. 12.

<sup>52</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, vol. 1, nº 1, 1872, p. 25.

<sup>53</sup> BARBOSA, Felipe da Silva. *Apontamentos para uma história da historiografia de Alagoas*. Delmiro Gouveia, Revista de Ciências Humanas CAETÉ, vol. 1, nº. 2, 2019, p. 60.

<sup>54</sup> Relatório lido perante a assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas no acto de sua instalação em 7 de fevereiro de 1872 pelo presidente da mesma O Exm. Snr. Dr, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Maceió, Typ. Commercial de A. J. DA COSTA, 1872, p.25.

Costa Pereira Júnior] por aviso de 2 do mesmo mês”.<sup>55</sup> Quanto a isso cabe destacar a vinculação do MN a esse ministério e a possível interferência de seu diretor no desdobramento dessa ação.

De tal forma, em resposta, o sócio correspondente, procedendo às escavações após obter o consentimento do proprietário das terras, o capitão José de Medeiros Bittencourt, e contando com a colaboração de vinte e seis pessoas, sob auxílio do subdelegado do distrito de Limoeiro, Manoel Francisco de Souza Lima, respondia ao presidente da província com certo tom de lamento:

[...] Apenas se pode encontrar 73 fôrmas no círculo de 150 braças mas que não foi possível adquirir esqueleto algum nelas, com efeito depositados, visto que as maiores na maior parte foram achadas fendidas por onde visivelmente se vê ter-se introduzido a terra, tomando todo o espaço interior, e assim reduzidos os ossos a estado de não se poder aproveitar inteiros, que ofereça vantagem na análise que se pretende fazer.<sup>56</sup>

Apesar de Jobim não ter obtido sucesso em sua busca por esqueletos indígenas, a fim de oferecer provas a seu relato, ainda na mesma carta de 2 de novembro de 1874, remetida à secretaria do presidente, notificando o envio de “uma das menores fôrmas achadas, indo uma com a devida tampa com pequena quantidade de pedaços de ossos [...]”<sup>57</sup>. Ainda dialogando sobre o mesmo assunto, em uma segunda carta datada do dia 3, portanto no dia seguinte, Nicodemos Jobim, em resposta a João Francisco Dias Cabral, secretário-perpetuo do IAGA, relatou apenas as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de tais pesquisas, não mencionando descoberta alguma.<sup>58</sup>

Dias depois em Maceió, o mesmo secretário – perpetuo, a 5 de novembro de 1874, informava ao MN via ofício, por intermédio do Ministério da Agricultura, a respeito das descobertas arqueológicas ocorridas em 1873. Didaticamente ele elaborou sua narrativa a partir de três núcleos temáticos. No primeiro ele dedica-se a explicar como elas ocorreram, afirmando que em:

---

<sup>55</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº. 6, jun, 1875, p. 160 – 161.

<sup>56</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº. 6, jun, 1875, p.161.

<sup>57</sup> *Ibid.* p. 161.

<sup>58</sup> *Ibid.* p. 160.

Meados do ano passado, derrubando o proprietário os matagais da chã da Cajazeira, a fim de plantar semente de algodão, descobriram os trabalhadores, logo abaixo do solo, diversas fôrmas, umas grandes, outras pequenas, tendo algumas uma tampa em forma de tina. O achado moveu a curiosidade e no fundo das fôrmas encontraram os pesquisadores ossos humanos em fragmentos, raros esqueletos de cócoras que perdiam a posição ao menor abalo, sendo ainda encontrados de mistura com esses restos diversos objetos de uso ordinário entre os indígenas. Além dessas fôrmas outros vasos acharam os escavadores e cheios de rodas de fuso e pratos de argila. Correu logo a nova de que havia aí um tesouro, e a tendência ao maravilhoso fez desse local o pouso de uma estacada palmeireense, repleta de despojos roubados nas continuas investidas às povoações dos conquistadores. De base a essa conjectura servia o encontro de uma machadinha de ferro, o que combinava com o descobrimento, em época anterior, de um tacho e outros pertences ao uso doméstico, tudo de metal e em diferentes lugares da província.<sup>59</sup>

Ato contínuo, prestes a iniciar seu *desenvolvimento*, em complemento a sua introdução histórica, ele menciona que as descobertas chegaram a atingir alguma repercussão na capital alagoana, no mês de julho daquele mesmo ano [1873], vindo a ser notícia entre as páginas do jornal o *Liberal*, Sant’ana, (1987, p.131) “periódico dos dissidentes do partido Liberal alagoano”. Ao encerrar esse núcleo, afirmava que seis meses depois do dito acontecimento, achando-se a agremiação em férias, ele teria recebido e recolhido ao gabinete do IAGA os respectivos objetos arqueológicos mencionados anteriormente por Duarte e Nicodemos Jobim, confirmado as informações contidas naquela correspondência.

Posteriormente, ele se lança a descrever sem parcimônia o ossuário e artefatos encontrados, recolhidos e destinados a sua instituição, dando a perceber sua relevância e riqueza de possibilidades científicas. A começar pelos objetos cerâmicos, seu estado, formas e tamanhos, ele explica:

[...] A forma grande é cônica e se parece com as jarras antigas de nossas olarias, oferecendo da base ao ápice e de diâmetro 3 e meio palmos, é a igaçaba ou uma funerária; a pequena parecendo tina tem de altura dois palmos, constituindo a tampa da fôrma grande e ambas se adaptam pelas

<sup>59</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº. 6, jun, 1875, p.161 – 162.

bocas, indo as beiras da tampa repousar na grande circunferência. Ambos os vasos são de argila e sem labores.<sup>60</sup>

Em seguida, fazendo uso do conhecimento médico que possuía, ele detinha-se sobre as condições do material ósseo encontrando, examinando-os de forma semelhante à maneira contemporânea, especulando acerca dos sexos que tais seres possuíam a partir da estrutura óssea de cada um deles, sem esquecer-se de mencionar a coexistência de material ósseo animal, ele escreve:

Consta uma das ossadas pertencente á adulto de vértebras lombares, de diversos ossos longos, todos partidos e rugosos, demonstrando o desenvolvimento deles e o estado das suturas cranianas que tais restos procediam de um homem já de crescida idade. A outra ossada é de parvulo, demonstrando ossos longos um talhe inferior ao de dois anos. A caveira em separado possui todos os ossos, á exceção do temporal esquerdo, e dentro dos alvéolos estão os últimos molares ainda desenvolvidos, sendo todos delgadíssimos, como os de arcabouço de mulher moça. Achou-se a ossada de pequeno animal de mistura com os restos a que pertencia a caveira já descrita, e bem visível são os maxilares, alguns ainda com dentes encravados.<sup>61</sup>

Por fim, ao término de seu desenvolvimento são descritos quase que etnograficamente todo o mobiliário fúnebre, composto por objetos pertencentes à cultura material da vida cotidiana. A partir de (MARTIN, 1994, p. 29-46), isso permitiria a outros pesquisadores inferir sobre os comportamentos, práticas sociais e/ou culturais de tais seres, tendo em vista a identificação da produção e domínio desses objetos.

A machadinha de ferro, profundamente oxidada, repousava no solo ao lado das igaçabas. E' de argila o cachimbo e cônico. Dessa mesma matéria, porém vermelha e micacca são algumas rodas de fuso, de diorito só uma: de raio as maiores medem uma polegada, as menores meia. Os pingentes de colar são alvíssimos e consistentes, lanceolados e lenticulares, declarando o Sr. Dr. Silva Coutinho que tais objetos eram dentes de jaguar. A concha servindo de enfeite é pequena e oferece na base o competente orifício.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Ibid. p. 162.

<sup>61</sup> Ibid. p. 162.

<sup>62</sup> Ibid. p. 162.

A despeito de toda riqueza contida em suas descrições, infelizmente, conforme observado acima, nenhum dos representantes do IAGA chegou a mencionar a possível existência de algum tipo de vegetal ou instrumentos agrícolas dentro das igaçabas, impedindo assim o desenvolvimento de alguma reflexão mais elaborada sobre práticas fúnebres, ou mesmo acerca da dieta alimentar, a partir da identificação de práticas de coleta de alimentos e/ou a adoção de técnicas de cultivo entre esses indivíduos, e possivelmente entre seu grupo, conforme sugerido por Maria Cristina Tenório (1994, p. 92-95).

Prestes a concluir sua explanação, antes que parte do material encontrado fosse encaixotado e embarcado com destino ao Rio de Janeiro, o ilustre secretário – perpetuo elaborou algumas alusões às informações recebidas por seus consócios correspondentes em Anadia, anteriormente mencionados, informando ao MN que no começo daquele ano havia solicitado uma ampla descrição do local e o envio de uma nova remessa de urnas funerárias destinadas ao MN e ao IAHG<sup>63</sup>. A partir dessa última informação podemos considerar que outros materiais tenham sido também encaminhados à Capitania de Pernambuco.

Algum tempo depois, tão logo os achados de Taquara aportaram na corte, em 13 de fevereiro de 1876, o então vice-diretor do MN respondia ao IAGA em agradecimento ao título de *sócio honorário* a ele oferecido por meio do diploma recentemente recebido. Em um trecho dessa última carta enviada à instituição, após justificar seus sentimentos e apresentar seus anseios para com mesma, ele confirmava o recebimento e destinação dos achados vindos da capital provinciana, como se pode observar abaixo.

Nenhuma das propectas e ilustres Academias europeias, a que indignamente pertenço, me causou prazer igual ao que agora experimente [...] É, pois que me acho doravante unido á existência do Instituto Arqueológico e Geographico Alagoano, cabe-me propor-lhe a instituição, desde já, do Museu projetado nos seus estatutos; – instituição para qual muito desejo que concorra o Museu Nacional, onde já formei uma coleção arqueológica exclusivamente de nossos autóctones primitivos e que, sem receio de demasiar-me no acerto, é a mais bela e a mais completa das que até hoje conhecemos nos museus do velho mundo.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Ibid. p.163.

<sup>64</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Oficinas graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, ano, 55, vol. 12, 1927, p. 126.

Como podemos observar, àquela altura os achados de Taquara já estavam sob o poder de Ladislau Netto, e como se sabe, anos depois, agora a coleção arqueológica, terminaria identificada como item de número 69, no guia da *Exposição Antropológica de 1882*, exposta na sala Hart<sup>65</sup>. Figurando em meio a outros 12 conjuntos de itens arqueológicos provenientes do Instituto da Província de Alagoas. Contudo, cabe informar que tirado os objetos constitutivos do presente oferecido ao MN e IAHGP, de acordo com o relatório dos trabalhos de 1874, o mesmo secretário-perpetuo depositou nos armários da agremiação a tina, ou tampa pequena, o potezinho coberto, a cunha e o peso de quartzo, além de alguns elos de osso, guardando assim fidelidade a seu programa, ou seja, sua finalidade de manter um museu capaz de demonstrar o adiantamento da província.<sup>66</sup>

Antes das considerações, cabe destacar que as interações entre as duas instituições analisadas não se resumiram àquele momento. Elas se seguiram até 1882, provavelmente não mais por meio do envio de materiais arqueológicos, mas mediante uma constante troca de informações, favores e outros materiais científicos, pois as cartas enviadas por Ladislau Netto diretamente a João Francisco Dias Cabral dão conta de documentar isso.

Contudo, para não nos distanciarmos do objetivo desse trabalho, cabe ainda mencionar que em 2 de julho de 1877, por ocasião da excursão ao rio São Francisco, a ser realizada pelo geólogo Derby, ele concluía seu texto pedindo ao caro doutor e amigo que auxiliasse o estadunidense no que lhe fosse possível, recomendando-o aos amigos daquela região para que o mesmo pudesse concluir sua excursão, por ordem do conselheiro Sinimbu<sup>49</sup>. E ainda no mesmo ano informava o envio de algumas caixas contendo alguns objetos de história natural e seus respectivos catálogos.<sup>67</sup>

Às vésperas do *grande dia*, pelos idos de 12 de fevereiro de 1882, Ladislau em viagem à Belém escrevia a seu amigo com o objetivo de obter material para exposição, encomendando uma porção de rendas, estipulando um valor não superior a 60\$000<sup>68</sup>, para possivelmente figurar no evento a ser realizado. Finalmente, em 29 de agosto de 1882, a poucos meses do término da Exposição, envia alguns exemplares do *Guia da Exposição*, que deveriam ser distribuídos entre os que mais haviam contribuído para a realização do evento. Ele

<sup>65</sup> *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de Junho de 1882*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 29.

<sup>66</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. do Jornal das Alagoas, nº. 6, jun, 1875, p.156 – 157.

<sup>67</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Officinas graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, ano, 55, vol. 12, 1927, p. 128 – 129.

<sup>68</sup> *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. op. cit. p. 134.

terminava por dar provas de reconhecimento a seu amigo, dizendo que havia proposto seu nome entre os melhores auxiliares que havia tido para que o Governo Imperial lhe desse apreço pelos serviços prestados à grande festa Antropológica.<sup>69</sup>

## Conclusão

Ao término dessa pesquisa é possível tecer considerações e apontar algumas conclusões. Inicialmente procurou-se dar a conhecer o que foi a Exposição Antropológica de 1882, não como um acontecimento qualquer, mas como um dos mais destacados eventos científicos do Império do Brasil no final do século XIX. Nesse contexto procurou apresentar e destacar a atuação do então diretor do MN, dentro e fora da instituição. Bem como, a atuação dos sócios do IAGA em Alagoas para o engrandecimento do mesmo evento, descortinando uma rede de articulações desenvolvida anteriormente e durante o ano da Exposição.

Desse modo, tivemos que demonstrar como se deu a institucionalização da arqueologia em Alagoas durante seu período provincial, enfatizando a criação e organização do MIAGA, sobretudo a partir das experiências de descobertas e escavações arqueológicas ocorridas no interior da Província, identificando os agentes históricos envolvidos e narrando as atividades em torno do envio desse material arqueológico ao MN para, posteriormente, figurar na referida Exposição antropológica. Ainda sobre tais práticas, na referida narrativa, demonstramos que o *fazer* arqueológico do período era complementado por um fazer quase etnográfico ao descreverem os artefatos encontrados.

Entretanto, visto por outro ângulo, o sucesso da Exposição de 1882, enquanto acontecimento histórico inserido em um contexto de predomínio das teorias raciais vigentes no período, conforme analisado por Schwarcz (1993), significou na prática a reprodução, circularização e vulgarização de ideias raciais pelo país e inclusive pela Província de Alagoas. Já que como demonstramos, tanto a Revista do MN como o Guia e o Catalogo do evento, materiais que, por exemplo, circulavam teses que procuravam justificar o desaparecimento das populações indígenas foram enviados ao IAGA ou diretamente aos seus associados. Fato esse que pode nos levar a outras pesquisas a respeito das presenças das teorias raciais em mais uma região do Império. Por último, cabe considerar a importância desse campo de

---

<sup>69</sup> Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Maceió, Oficinas graphicas da Livraria Machado – Jaraguá, ano, 55, vol. 12, 1927, p. 135.

estudos ainda pouco explorado. Espera-se, a partir desse exemplo, que seja possível instigar a reflexão e elaboração de novas pesquisas em torno das interações entre a assim chamada, *história local alagoana* e a *história nacional*.

### Referências Bibliográficas

ALLEN, S. J.; LEITE NETO, W. M.; MORAES, F. A. A.; PINTO, K. M. Praia do Morro, Passo do Camaragibe, Alagoas: Potencial Arqueológico. *CLIO. Série Arqueológica (UFPE)*, vol. 25, 2010, p. 207 – 225.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol.5, nº. 9, 2004, p. 128 – 170.

BARBOSA, Felipe da Silva. Apontamentos para uma história da historiografia de Alagoas. *Delmiro Gouveia, Revista de Ciências Humanas CAETÉ*, v. 1, nº. 2, 2019, p. 55- 82.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional: 1830 – 1889*, volume 2. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.

DANTAS, R. M. M. C.; DOS SANTOS, Nadja Paraense. Quando um botânico se envolve com a antropologia: reflexões sobre Ladislau Netto no Museu Nacional. *Scientiarum Historia*, vol. 1, 2011.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional, Ponta Grossa*, vol. 4, 1999, p. 9 – 36.

\_\_\_\_\_. *Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2010.

FISCHER, Georg. “Where are the Botocudos?” Anthropological displays and the entanglements of staring, 1882 – 1883. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº. 3, jul. – set. 2019, p. 969 – 992.

FUNARI, Pedro Paulo A. A “República de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP*, São Paulo, 1996, p. 6 – 13.

GALINDO, Marcos. Dois Sítios da Tradição Nordeste em Pernambuco In: *Clio Série Arqueológica*, nº. 10, 1994.

LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a Arqueologia no Brasil Império (1840-1889)*. Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo “degeneracionista”. *Revista USP*, nº. 75, 1 nov. 2007, p. 68 –75.

MARTIN, Gabriela. Rituais funerários na pré-história do Nordeste. In: *Clio Série Arqueológica*, nº. 10, 1994.

MELO, Patrícia Pinheiro de. Técnicas e Métodos de Escavação: O Caso da Toca do Baixão do Perna I. In: *Clio Série Arqueológica*, nº. 10, 1994.

MORAES, Flávio Augusto de Aguiar.; LIMA MORAES, Danúbia V. Rodrigues de.; BARBOSA, Rute Ferreira. *A cultura arqueológica Aratu em Alagoas: o caso do Sítio Baixa das Flores*, Município de Limoeiro de Anadia. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. Maceió, Edufal, 2014, p. 93 – 122.

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely. Procedimentos para a Análise da Cerâmica Arqueológica. In: *Clio Série Arqueológica*, nº. 10, 1994.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto Philomático, 1870.

NETTO, Ladislau. Trechos de Viagens – O S. Francisco. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Maceió, Typ. de J. de Menezes, vol. 2. nº 18, jun, 1884, p. 278 – 280.

SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrado”: nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 19, nº. 1, jun, 2011, p. 133 – 164.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEQUEIRA FERNANDES, Antonio Carlos; SCHEFFLER, Sandro Marcelo. A Comissão Geológica do Império e os crinóides fósseis do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, v. 9, nº. 2, 2014, p. 121 – 139.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.30, nº. 60, 2017, p.219 – 240.

TENÓRIO, Maria Cristina. A Coleta de Vegetais entre os Indígenas na Época do Contato com o Europeu. In: *Clio Série Arqueológica*, nº. 10, 1994.

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 25, nº. 53, 2019, p. 317 – 357.

Recebido em: 15 de maio de 2020

Aprovado em: 19 de outubro de 2020